



DIREITO CIVIL



CONCEITO

Direito civil é um **ramo do Direito** que trata do **conjunto de normas reguladoras dos direitos e obrigações de ordem privada** concernente às pessoas, aos seus direitos e obrigações, aos bens e às suas relações, enquanto membros da sociedade.

De forma geral, o Direito Civil abrange o conjunto de normas previstas pelo código civil.

No Brasil, o atual Código Civil, em vigor desde 11 de janeiro de 2003, contém 2.046 artigos. Estabelece, em sua parte geral, do direito das pessoas, dos bens e dos fatos jurídicos. Na parte especial, trata do direito das obrigações, do direito das empresas, do direito das coisas, do direito da família e do direito da sucessão.

CÓDIGO CIVIL DE 2002

Art. 1º Toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil.

Art. 2º A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro. (O nascimento da personalidade jurídica ocorre com o nascimento da pessoa, pois ela passa a ser sujeito de direitos e obrigações.)

Art. 3º São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 16 (dezesseis) anos.

CÓDIGO CIVIL DE 2002

Art. 4º São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer:

I - os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos;

II - os ébrios habituais e os viciados em tóxico;

III - aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade;

IV - os pródigos.

CÓDIGO CIVIL DE 2002

Art. 5º A menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil.

Parágrafo único. Cessará, para os menores, a incapacidade:

- I - pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos;
- II - pelo casamento;
- III - pelo exercício de emprego público efetivo;
- IV - pela colação de grau em curso de ensino superior;
- V - pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com dezesseis anos completos tenha economia própria.

CÓDIGO CIVIL DE 2002

Art. 6º A existência da pessoa natural termina com a morte; presume-se esta, quanto aos ausentes, nos casos em que a lei autoriza a abertura de sucessão definitiva.

Art. 9º Serão registrados em registro público:

- I - os nascimentos, casamentos e óbitos;
- II - a emancipação por outorga dos pais ou por sentença do juiz;
- III - a interdição por incapacidade absoluta ou relativa;
- IV - a sentença declaratória de ausência e de morte presumida.

CÓDIGO CIVIL DE 2002

Art. 11. Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.

Art. 12. Pode-se exigir que cesse a ameaça, ou a lesão, a direito da personalidade, e reclamar perdas e danos, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei.

Parágrafo único. Em se tratando de morto, terá legitimação para requerer a medida prevista neste artigo o cônjuge sobrevivente, ou qualquer parente em linha reta, ou colateral até o quarto grau.

CÓDIGO CIVIL DE 2002

Os direitos da personalidade, compreendem a proteção às esferas:

FÍSICA (envolve o direito ao corpo),

PSÍQUICA (diz respeito à intimidade e à privacidade) e

MORAL (abordando o direito à honra e ao nome).

Estes direitos são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o portador, por vontade sua, exercer quaisquer limites a seu exercício, ressalvados os casos previstos na lei.

CÓDIGO CIVIL DE 2002

Art. 13. Salvo por exigência médica, é defeso o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes.

Parágrafo único. O ato previsto neste artigo será admitido para fins de transplante, na forma estabelecida em lei especial.

Art. 14. É válida, com objetivo científico, ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte.

Parágrafo único. O ato de disposição pode ser livremente revogado a qualquer tempo.

CÓDIGO CIVIL DE 2002

Art. 15. Ninguém pode ser constrangido a submeter-se, com risco de vida, a tratamento médico ou a intervenção cirúrgica.

CÓDIGO CIVIL DE 2002

Art. 16. Toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos o prenome e o sobrenome.

Art. 17. O nome da pessoa não pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, ainda quando não haja intenção difamatória.

Art. 18. Sem autorização, não se pode usar o nome alheio em propaganda comercial.

Art. 19. O pseudônimo adotado para atividades lícitas goza da proteção que se dá ao nome.



ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO "PEDRO MELLO"

SAC



POLEGAR DIREITO



Brisa Dalila Maria Leopoldina T. M. S. M. B. M. de Leão e Sousa

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO
GERAL

DATA DE
EXPEDIÇÃO

09/11/2001

NOME BRISA DALILA MARIA LEOPOLDINA T.
M. S. M. B. M. DE LEÃO E SOUSA

FILIAÇÃO RENATO AFONSO MARQUES DE SOUSA
MARIALDA MENDONÇA BARRETO MAR
QUES DE SOUSA

NATURALIDADE

ITABUNA BA

DATA DE NASCIMENTO

09/12/1985

DOC ORDEM

CER-NAS CM-ITABUNA BA

DST-1 OFICIO L-142 F-166 R-158406

CPF

SALVADOR-BA

Renato Afonso Marques de Sousa

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/05/83

REPÚBLICA DO BRASIL

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA
DE IDENTIFICAÇÃO



CPF: 000.000.000-00

IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO
GERAL
NOME

DATA DE
EXEDIÇÃO

18/05/2000

CHARLINGTON GLAÉVION BEECHEK NAVARE
DOS A MENDONCA
CARLOS AUGUSTO DE MENDONCA
MARIA DO SOCORRO DOS ANJOS MENDONCA

MACAU RN

05/10/1981

NASCIM L0008 F-254

MACAU RN

02 CARTORIO

Hannellere Maria S. dos Santos

131100 2

LEI Nº 7.116 DE 20/06/83

Sobscritado

REPUBLICA DE URUGUAY





DIRECCION NACIONAL
DE IDENTIFICACION CIVIL

Cédula de Identidad

Nº 2.531.119-5

Nombre DISNEY LANDIA RODRIGUEZ
JUAREZ

Firma 

FONTE:

REALE, Miguel. Lições Preliminares de Direito. 25^a ed., 2001.

Site: <http://www.portalconscienciapolitica.com.br/administra%C3%A7%C3%A3o-publica/>